

Censo agropecuário brasileiro sobre a perspectiva de Gênero: uma revisão sistemática da literatura

Brazilian agricultural census from a gender perspective: a systematic literature review.

Karla Emmanuela Ribeiro Hora 1

Docente UFG. Goiânia, GO, Brasil

Andrea Butto 2

UFRPE. Recife, PE, Brasil

Rayane Kelly da Encarnação 3

UFRPE. Recife, PE, Brasil

Cynthia Xavier de Carvalho 4

UFPE. Recife, PE, Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O presente texto trata de uma revisão sistemática da literatura visando compreender como os dados do Censo Agropecuário Brasileiro são utilizados em análises sobre o mundo rural e agrícola a partir de uma perspectiva feminista. Tal investidura visou identificar possíveis lacunas e contribuições das estatísticas rurais para o planejamento de políticas públicas para mulheres rurais. Para isto foram consultados artigos disponíveis na base de dados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O protocolo de seleção realizado identificou 18 trabalhos acadêmicos. Após lidos e sistematizados, os resultados indicam a utilização dos dados do Censo Agro 2017 desagregadas por sexo, principalmente em relação a direção do estabelecimento. Para aprofundar os estudos sobre relações de gênero, trabalho e ocupação, as pesquisas recorrem a estudos de caso, como procedimento complementar, indicando a demandas de novos indicadores para monitorar a produção e atividades das mulheres rurais.

Palavras-chave: gênero, mulheres rurais, estatísticas agropecuárias, Censo Agro 2017

Abstract: This text presents a systematic literature review aimed at understanding how data from the Brazilian Agricultural Census are used in analyses of the rural and agricultural world from a feminist perspective. This investigation aimed to identify possible gaps and contributions of rural statistics to the planning of public policies for rural women. To this end, articles available in the database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) Periodicals Portal were consulted. The selection protocol identified 18 academic works. After being read and systematized, the results indicate the use of data from the 2017 Agricultural Census disaggregated by sex, mainly in relation to the management of the establishment. To deepen the studies on gender relations, work and occupation, the research uses case studies as a complementary procedure, indicating the demand for new indicators to monitor the production and activities of rural women.

Keywords: gender, rural women, agricultural statistics, 2017 Agricultural Census

1. Introdução

O Censo Agropecuário Brasileiro (Censo Agro) trata-se de uma pesquisa ampla de caráter nacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que visa “investigar informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas, abrangendo características **do produtor e do estabelecimento [grifo nosso]**, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria” (IBGE, 2025, n.p.). Ele foi realizado pela primeira em 1920, e sua frequência passou a ser decenal entre 1940

a 1970. A partir de então, a pesquisa passou a ter frequência de cinco anos, adotando os anos finais 1 ou 6 como referência (IBGE, 2025).

A sua execução adota diretrizes internacionais sugeridas pelo Programa do Censo Agropecuário Mundial (CAM) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cuja sigla em inglês é WCA (Marques, França e Delgrossi, 2024). O CAM “possibilita padronizar conceitos, definições, métodos e diretrizes operacionais para possibilitar a comparabilidade dos resultados obtidos nos países que realizam esse tipo de pesquisa”. (Marques, França e Delgrossi, 2024, n.p.). O primeiro Programa Mundial para o Censo Agrícola data de 1929-1930. Desde então, a FAO vem produzindo reflexões para a melhoria dos instrumentos de coleta de dados agropecuários, permitindo a análise e a comparação entre os países, incluindo a desagregação de dados segundo sexo.

Esse esforço reflete uma ação conjunta coordenada no âmbito das Organizações das Nações Unidas em se compreender “de manera oportuna las diferencias y las desigualdades en la situación de la mujer y el hombre en todos los ámbitos de la vida” (ONU, 2015, p. 1). Para isso, as estatísticas de gênero devem considerar quatro aspectos chaves:

- a) Los datos se reúnen y se presentan por sexo como clasificación principal y general.
- b) Los datos reflejan las cuestiones relacionadas con el género.
- c) Los datos se basan en conceptos y definiciones que plasman de manera adecuada la diversidad de mujeres y hombres, y capturan todos los aspectos de sus vidas.
- d) Los métodos de reunión de datos toman en cuenta los estereotipos y los factores sociales y culturales que pueden provocar sesgo de género en los datos. (ONU, 2015, p.1-2).

Para os questionários dos Censos Agropecuários, os mesmos podem informar a composição do trabalho agrícola segundo sexo, bem como podem identificar a forma de administração da exploração agrícola, quando permite captar formas de tomada de decisão com o registro das subexplorações. Estas seriam identificadas como parte dos estabelecimentos no qual a mulher faz a gestão diretamente da produção, identificando o tamanho, tipo de cultivo, ganhos e serviços agrícolas utilizados. (ONU, 2015).

Evitar vieses de gênero e adotar linguagem inclusiva é uma das recomendações gerais da ONU (2015). Por isso, os manuais devem prever esse tipo de escrita, seguido de processos de formação que os permitam identificar as mulheres como produtoras, evitando-se mencionar a existência de um “Chefe” – no masculino – que dirige o estabelecimento. Para a ONU (2015), *Los manuales y los materiales de formación ofrecen ejemplos de identificación de productores agrícolas conjuntos* (ONU, 2015, p.220.).

Alguns temas são destacados no documento da ONU, dos quais evidenciamos alguns aqui:

- Trabalho agrícola familiar e não familiar. Homens e mulheres realizam diferentes trabalhos agrícolas, considerando idade, estado civil e escolaridade.
- Atividade agrícola. Identificar a atividade de cada membro do estabelecimento, bem como se trabalham fora, duração do trabalho, tipo de remuneração.
- Reunir dados sobre a subexploração. Pressupõe identificar que dentro da exploração agrícola, homens e mulheres se dedicam a atividades diferentes e podem dirigir essas atividades de forma independentes. Por isso, identificar a existência dessa subexploração sob gestão das mulheres, o tamanho dessa subexploração, a atividade produtiva, o destino da produção contribui para visibilizar formas de participação na tomada de decisão de ativos econômicos na perspectiva de gênero.
- Melhoria dos manuais de informação dos questionários, proporcionando uma linguagem inclusiva de gênero.
- Titularidade dos ativos agrícolas. Em muitos lugares vê-se desigualdades na posse dos ativos econômicos, não é todo o maquinário ou todo o rebanho pertencente a todos os membros da unidade de produção. Poder identificar a quem pertence cada ativo, contribui para aprofundar os estudos sobre acesso à riqueza e gestão de empreendimentos econômicos. Isso também possibilita analisar os níveis de produtividade e a adoção de tecnologias pelas explorações agrícolas.
- Uso de serviços agrícolas e práticas agrícolas, permite identificar o acesso a crédito agrícola, por exemplo, e outras políticas públicas.

No CAM 2020, a FAO, (2018) seguiu afirmando a importância de incorporação de questões e variáveis que permitam registrar a presença de mulheres nas atividades agropecuárias. Outro aspecto proposto pela FAO é a possibilidade de incluir módulos específicos para aprofundamento das perguntas sobre “gênero” ou outros temas específicos. Estudos semelhantes foram feitos em Benin e Colômbia, propondo-se questionários específicos no qual de mapeava o trabalho realizado por cada membro do estabelecimento.

De certa forma, no Brasil, viu-se um esforço em incorporar parte das recomendações no período de discussão do Censo Agro 2017 (Hora, Nobre, Butto, 2020), buscando-se atender diretrizes do CAM 2010 e do CAM 2020, conforme veremos a seguir.

Após a Constituição Federal de 1988, o Brasil realizou três pesquisas do Censo Agropecuário, sendo a primeira em 1996, com o período de coleta abrangendo o ano-safra, entre agosto de 1995 a julho de 1996; em 2006, com o período de coleta sendo o ano civil; e em 2017, com o período de coleta abrangendo o ano-safra de outubro de 2016 a setembro de

2017. As restrições orçamentárias levaram à ausência de coleta de dados nos outros anos, denotando que o Censo Agropecuário ainda é uma pesquisa, embora importante para o setor agropecuário brasileiro, instável em termos de segurança orçamentária. O próximo levantamento está previsto para o ano de 2026.

Ao longo da sua aplicação, a metodologia adotada pelo Censo Agro foi se aperfeiçoando, bem como, viu-se a inclusão de novas variáveis. Isso permitiu uma leitura pormenorizada em alguns aspectos. Contudo, comparações entre as pesquisas devem ser feitas com cautela, justamente pela alteração do período de referência para coletas dos dados, uma vez que podem abranger meses com maior pessoal ocupado na agricultura, em função do período de plantio e/ou colheita.

Outro aspecto a ser considerado, é a unidade de análise do Censo Agro. A pesquisa tem como foco investigativo o estabelecimento rural. O conceito de estabelecimento não pode ser confundido com o de propriedade rural, pois o que se pesquisa é a produção e não a posse da terra. Assim, uma propriedade pode dar origem a mais de um estabelecimento, ou várias propriedades significarem um único estabelecimento. O Censo Agro também prevê a possibilidade de identificar produtores sem áreas e produtores cujos estabelecimentos não sejam contínuos.

Em 2006, foi possível identificar o perfil da produção da agricultura familiar, aspecto mantido no Censo Agro 2017. Esse recorte na forma de tabulação dos dados possibilitou reflexões que subsidiaram políticas públicas para esse segmento. Denotam isso, os trabalhos publicados por França, Del Grossi e Marques (2009), Miriam Nobre (2012) e Karla Hora, Miriam Nobre e Andrea Butto (2021).

2. Revisão da Literatura: As *mulheres e o censo agropecuário*

Apesar dos limites orçamentários enfrentados pelo IBGE, é incontestável o avanço do instrumento. Em 2017, por exemplo, o Censo Agro incorporou a variável “casal (codireção)” na questão referente a “Direção dos trabalhos do estabelecimento” Essa pergunta abriu uma nova perspectiva para uma análise da participação das mulheres na direção dos estabelecimentos, indo de encontro ao esforço contínuo de parcelas de pesquisadoras junto ao CAM, para o mapeamento da presença das mulheres nas estatísticas agropecuárias (Butto, Dantas, Hora, 2012; Hora, Nobre, Butto, 2021). Outras variáveis incorporadas também representaram um avanço significativo, como a possibilidade de classificação da raça/etnia de quem dirige o estabelecimento e o destino da produção, se comercialização ou se consumo próprio.

O Censo Agro 2017 permitiu distinguir os estabelecimentos familiares dos não familiares, adotando-se como definição a referência normativa de agricultura familiar (AF) no ano de aplicação do Censo do Agro, isto é, a Lei no. 11.326 de 24 de julho de 2017. Assim, em 2017, a pesquisa registrou 5.073.324 estabelecimentos rurais, dos quais 3.897.408 (ou 76,8%) foram classificados como pertencentes à agricultura familiar (BRASIL, 2020), conforme Tabela 1. Esses números evidenciam a expressiva participação da agricultura familiar na estrutura agrária nacional, consolidando-a como base fundamental do setor agropecuário brasileiro. Análises desenvolvidas por Hora, Nobre e Butto (2020, p.15), identificou que “do total de estabelecimentos, 81,3% (4,11milhões) estavam sob gestão masculina e 18,7% (946 mil) sob gestão feminina, considerando todas as formas de direção”. Assim, dentre os pouco mais de 3,8 milhões estabelecimentos da AF, 19,7% eram dirigidos por mulheres, enquanto que, nos Estabelecimentos Não Agricultura Familiar, elas dirigiam 15,2% do total.

Tabela 1 – Estabelecimentos Rurais - Brasil - 2017

Total, agricultura familiar e não familiar	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	5 073 324	351 289 816
Agricultura familiar-lei-11326 de 24-07-2017		
Não é agricultura familiar	1 175 916	270 398 732
Agricultura familiar	3 897 408	80 891 084

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017

Dois outros pontos merecem destaques, durante a discussão do questionário do Censo Agro 2017. O primeiro, ainda durante o planejamento do questionário, havia uma discussão de mapeamento das atividades do produtor(a) e das pessoas com laços de parentescos que trabalhavam no estabelecimento. Nesta questão, buscava-se identificar as atividades realizadas por mulheres no estabelecimento, com as seguintes opções de resposta: 1- prepara a alimentação; 2- busca água; 3- recolhe a lenha; 4- cuida da criação de animais de pequeno porte; 5- ordenha de animais; 6- cuida da hora; 7- comercialização da produção; 8- outras tarefas. Ademais, naquele exercício de 2015, possibilitava-se identificar detalhadamente a condição de pelo menos cinco pessoas.

A segunda questão, refere-se à linha de corte para mapeamento do detalhamento da produção. No Bloco 10, do questionário do CA 2017, algumas culturas devem ter uma produção mínima para entrar no detalhamento, sendo:

bovinos (para estabelecimentos com **50 cabeças e mais**), **aves** (para estabelecimentos com mais de **200 cabeças**), lavoura permanente (para estabelecimentos com produtos com mais de **50 pés**) e silvicultura, para estabelecimentos com produtos com **mais de 500 pés**. Para a horticultura, caso a produção fosse **somente para consumo, o detalhamento não foi aplicado**. (IBGE, 2017a, np.).

Essa linha de corte pode ocultar parte da produção realizada pela agricultura familiar, em especial, para os estabelecimentos dirigidos pelas mulheres. Isso porque, muitos destes

estabelecimentos tendem a diversificar sua produção e trabalhar com áreas menores. Logo, compreender a participação das mulheres na agropecuária e visibilizar seu trabalho e seu papel na direção dos estabelecimentos rurais segue sendo um desafio histórico (Hora, Nobre, Butto, 2021).

Apesar disso, o Censo Agro, permite gerar pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 35 tabelas desagregadas pelo sexo do produtor abrangendo a caracterização dos estabelecimentos, características do produtor, pecuária e pessoal ocupado. Tais tabelas são frutos do Plano Tabular executado e divulgado, mas uma análise pormenorizada é possível construir variáveis derivadas que nos permitam identificar a produção, por exemplo, de hortifruticultura e extração vegetal em estabelecimentos dirigidos por mulheres. Nesse caso, há que se fazer um recorte segundo o sexo de quem dirige o estabelecimento com as variáveis disponíveis na Tabela 6949, que se refere a:

Número de estabelecimentos agropecuários, com produtos da extração vegetal, Quantidade produzida na extração vegetal, Quantidade vendida de produtos da extração vegetal, Valor da produção na extração vegetal e Valor da venda de produtos da extração vegetal, por tipologia, produtos da extração vegetal, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica

Um redesenho semelhante se aplicaria aos estabelecimentos produtores de horticultura. Na Tabela 6884, que trata de informações dos estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado, é possível ter informações sobre o sexo do produtor (homem ou mulher) e grupos de atividades econômicas (Produção de lavouras temporárias; Horticultura e floricultura; Produção de lavouras permanentes; Produção de sementes e mudas certificadas; Pecuária e criação de outros animais; Produção florestal - florestas plantadas; Produção florestal - florestas nativas; Pesca; Aquicultura). Essa composição também é possível extrair da Tabela 6878 e 6768. Contudo, o detalhamento da produção está disponível nas Tabelas 6953 e 6954, que não trazem o recorte segundo sexo do produtor.

No quesito gênero e raça, das 35 tabelas desagregadas por sexo, três nos informam dados de sexo e raça. (Tabelas 6755, 6757, 6776) trazendo informações sobre perfil do produtor, do cônjuge, escolaridade e idade. E, do total de tabelas do SIDRA, seis apresentam algum dado dos estabelecimentos com recorte racial.

Mas quando se menciona o trabalho não pago, derivado dos cuidados e do trabalho doméstico que, no mundo rural, as mulheres o realizam junto com as atividades produtivas, o desenho das estatísticas agropecuárias, de um modo geral, desconhece esse trabalho invisível. O trabalho nos quintais, que tendem a agregar hortas e pequenos animais é essencial na unidade

de produção familiar, além disso, muitas agricultoras acabam vendendo ou trocando o excedente. A ausência desse registro, ainda que com vendas de menor escala, desvaloriza o trabalho realizado por elas. O perfil desse trabalho, na maioria dos casos, tende a conciliar a produção dos quintais com os afazeres domésticos e de cuidados. Logo, esse ocultamento acaba por subrepresentar a presença delas no mundo do trabalho e da produção.

3. Metodologia

Para a realização desse estudo, optou-se por uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), no qual foram consultados artigos disponíveis na base de dados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A RSL é uma estratégia de pesquisa que busca aplicar um método objetivo para a revisão da literatura, procurando desviar-se de preferências teóricas dos(as) pesquisadores(as). Para Bernardo Melo et al (2023) significa “uma metodologia que visa trazer a tendência à imparcialidade e reprodutividade por meio de protocolos descritos que visam responder um questionamento específico do pesquisador” (Melo et al, 2023, p. 3). Talvez, mais do que uma “imparcialidade” a RSL tem sido muito usada por causa das suas modulações voltadas para replicabilidade permitida pela adoção de protocolos identificáveis de pesquisa. Isso porque, a escolha dos bancos de dados, ou os mecanismos de publicação de artigos científicos ou de visibilização dos artigos em plataformas públicas ou privadas, também podem ser questionados.

Nesse trabalho, a RSL foi utilizada visando identificar como os(as) pesquisadores(as) estão desenvolvendo suas leituras analíticas utilizando os dados do Censo Agropecuário Brasileiro a partir de uma perspectiva de gênero. No caso específico desse estudo, pretendemos uma análise exploratória sobre essa temática. A partir de um protocolo de pesquisa, ao se selecionar os textos em plataformas científicas específicas, mais do que identificar quem escreve e os locais de publicação, queremos fazer uma leitura de como os(as) pesquisadores(as) estão utilizando os dados e variáveis do Censo Agro para traçar o perfil das mulheres na produção agropecuária de modo a identificar lacunas e possibilidades de análise.

No estudo em questão, os textos selecionados foram organizados numa planilha excel® contendo o título do artigo, autores(as), revista, link, palavras-chaves, objetivo do texto. O Protocolo adotado na Revisão Sistemática da Literatura está descrito no Quadro 1.

Após adoção do protocolo da Revisão Sistemática da Literatura, considerando título e palavras-chaves, identificou 44 artigos preliminares, que compuseram uma planilha prévia.

Quadro 1. Protocolo de pesquisa para a Revisão Sistemática da Literatura

4. Discussão dos Resultados

Ao se considerar as palavras chaves, sistematizou as palavras utilizadas nos artigos, sendo utilizadas no total 18 termos, das quais as cinco mais utilizadas foram: Rural, Agricultura Familiar, Agricultura, Gênero e Mulheres (Figura 1).

[illegible]

Página 8 de 20

O foco das análises dos artigos selecionados tendeu a concentrar-se no perfil dos estabelecimentos segundo sexo e pessoal ocupado e utilizaram pesquisas complementares de campo e estudos de caso. Para compreender melhor isso, os 17 textos foram pontuados a seguir.

Nos textos que abrangeram o recorte geográfico nacional, três se destacaram. Em dois deles a análise destinava-se a compreender a dinâmica dos ocupados nas áreas rurais e outro sobre a participação das mulheres na propriedade.

Otávio Valentim Balsadi e Dalva Maria da Mota fazem uma análise a partir de dados comparativos entre os Censos Agropecuário de 2006 e 2017 no texto “Diversidade de vínculos de trabalho de mulheres no Censo Agropecuário Brasileiro de 2017”. O estudo analisou as diversas formas de inserção das mulheres na estrutura ocupacional da agropecuária brasileira. A análise destacou a redução de pessoas na agricultura, com atenção para a presença de jovens e mulheres, inferindo a ocorrência de processos de migração, rejeição ao trabalho na agropecuária entre outros como possível explicação para essa situação. 75,8% do trabalho das mulheres concentrava-se nos estabelecimentos da agricultura familiar, afirmando uma tendência para uma maior escolarização e um maior engajamento delas.

Os autores analisaram os dados do Censo a partir das variáveis “Perfil do Produtor”, caracterizando-o quanto ao nível de escolarização; parentesco e tipos de trabalhos. Sobre este último, consideraram três condições: trabalhador permanente; trabalhador temporário (diárias ou trabalho eventual) e trabalhador parceiro (recebimento de parte da produção). Para complementar as análises, os autores analisaram estudos de casos por meio de dados secundários.

Carolina da Silva Gonçalves e Ruth Helena Cristo Almeida no artigo “Mudanças na conjuntura do espaço rural: a mulher como participante da gestão da propriedade rural” evidenciaram o papel da mulher na gestão da propriedade e a sua atual representatividade no campo, relacionando essa presença à obrigatoriedade da titulação conjunta junto aos assentamentos de reforma agrária e a inclusão da variável co-chefia feminina. As autoras utilizam o Censo Demográfico de 2010, e os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 buscando extrair dados de direção dos estabelecimentos e população rural.

Os resultados registram que a população feminina nas áreas rurais contabilizava 14.129.837, equivalente a 7,4%, número que contrasta com a população feminina nas áreas urbanas que equivale a 43,6% da população. Censo (IBGE, 2010)

Os estabelecimentos gerenciados por mulheres passam de 12,6% para 18,6% entre 2006 e 2017, registrando-se a queda nos estabelecimentos agropecuários de 5.175.489 para 5.072.152

entre 2006 e 2017, segundo os Censos Agro 2006 e 2017. Os estabelecimentos agropecuários dirigidos por casais somaram 1.029.509, sendo 212.583 homens cônjuges e 816.926 mulheres cônjuges.

Já os autores Raphael Fernando Diniz e Evandro César Clemente no texto “A natureza classista, sexista, racista e regionalista do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil: uma análise espaço-temporal dos dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017”, analisam o acesso aos serviços de orientação técnica (ATER) no meio rural brasileiro, por meio dos dados Censos Agropecuários de 2006 e 2017. São utilizadas variáveis como sexo, cor/raça, classe social, valor da produção e extensão territorial dos estabelecimentos. A investigação tem abrangência nacional, sem delimitação em uma única cidade, mas comparando os diferentes territórios e regiões do Brasil, evidenciando desigualdades regionais significativas. A pesquisa aborda de forma central a questão de gênero, mostrando que as mulheres agricultoras permanecem em posição de desvantagem no acesso à assistência técnica, revelando a persistência de barreiras sexistas, classistas, racistas e regionais.

Observa-se que, embora tenha havido um aumento de 40% de mulheres atendidas pela ATER entre 2006 e 2017, em 2017, apenas 12% dos estabelecimentos dirigidos por mulheres recebiam ATER, enquanto a maioria continuava excluída do serviço, com impacto direto sobre suas condições de trabalho e permanência no campo. Os autores também chamaram atenção para o fato dos “menores índices de mulheres que receberam orientação técnica encontram-se nos estados do Norte e Nordeste, variando entre 3% e 15%, ao passo que nos estados do Centro-Sul esse índice variou entre 17% e 77%” (Diniz, Clemente, 2021, p.127). Os autores fazem uma discussão sobre o não acesso aos serviços de ATER e como isso impacta a produção dos estabelecimentos dirigidos por mulheres embora não distingam, nesse momento, os estabelecimentos da agricultura familiar da não familiar.

Os quatro estudos que se dedicaram a análises na escala geográfica da região sul, dois abordaram situações distintas no Estado do Paraná.

Em “Agricultura familiar: reflexões sobre gênero”, Marines Rute de Oliveira, Antonia Vilaça e Lidiane Maciel Mufatto buscaram dialogar sobre a situação das mulheres no meio rural com destaque para algumas das políticas públicas relacionadas diretamente as agricultoras familiares, sobretudo o PRONAF.

Com base no sobre o Censo Agropecuário de 2006, as autoras identificaram que nas 10 mesorregiões do Paraná a agricultura familiar representava mais de 75% dos estabelecimentos e “que apenas 10% desses estabelecimentos da agricultura familiar eram dirigidos por

mulheres” (Oliveira, Vilaca, Mufatto, 2020, p.20). Do Censo Agro 2006 são extraídos dados de produção, pessoal ocupado e idade, mas sem distinção de sexo.

Com dados do Paraná, extraídos da base de dados do IBGE, sobre população, as autoras identificaram 78,6% de agricultores com renda familiar gerada pela atividade agrícola, aposentadoria e pensão e outras fontes. Chama atenção que no quesito Aposentadoria e pensão, essa é a fonte de 9,5% das mulheres e de 7,5% de homens, enquanto na atividade agrícola, as mulheres representam 3,7% e os homens 53,5%. Para os dados do Pronaf, as autoras utilizam a fonte do IBASE (2006) no qual identificam que 30% dos estabelecimentos da agricultura familiar acessaram o crédito e, destes, 14% foram mulheres, enquanto 86% foram homens.

As autoras apontaram como resultado a importância de políticas públicas como o Pronaf Mulher e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) que possibilitaram que mais mulheres acessassem políticas públicas, embora percentualmente o quantitativo majoritário fosse masculino. Segundo as autoras, 24% das trabalhadoras rurais não tinham documentos básicos. Infelizmente, a fonte desta informação não fica evidente.

O estudo de Leandro Corrêa André; Dimas Soares Júnior; Giovanna Gomes Previdello; Angelita Bazotti, no artigo “Caracterização da agricultura familiar no paraná: aspectos agrários, tecnológicos e sociais - 2006 e 2017” desenvolvem uma análise comparativa dos Censos Agros 2006 e 2017 para o Paraná a partir das características dos estabelecimentos e do perfil dos agricultores familiares, práticas agrícolas e rendas não agrícolas. Um dos resultados apontados é a maior presença de mulheres na direção dos estabelecimentos, alcançando 13,7% em 2017, enquanto em 2006, elas eram cerca de 10%. Os autores chamam atenção para a migração das mulheres para o meio urbano, inferindo a masculinizac  o do campo, com base em dados secundários. O estudo traz informações sobre condição do produtor em relação às terras, formas de obtenção da terra, escolaridade do produtor, utilização das terras, origem da orientação técnica e tipo de outras receitas. Mas estes dados não são apresentados desagregados por sexo. Os dois outros estudos da região sul, um se dedica   região noroeste do Rio Grande do Sul e o outro ao perfil das mulheres na região sul.

No texto “Caracterização socioproductiva de mulheres rurais no noroeste do RS”, Rosani Marisa Spanevello, Simone Bueno Câmara, Denise Marques de Almeida, Mariele Boscardin analisam a situação socioproductiva das mulheres da agricultura familiar (AF) e não familiar (NAF), na região noroeste do Rio Grande do Sul, composta por 216 municípios. As autoras utilizam os dados do a partir do Censo Agropecuário de 2017, separando as variáveis faixa etária, escolaridade, forma de obtenção de terras e cultivos temporários e permanentes.

Na análise as autoras destacam as distinções entre as mulheres da AF e NAF, indicando que a AF dirige estabelecimentos com 10 a 50ha enquanto as mulheres da NAF são mais jovens e dirigem estabelecimentos de 100 a 200ha. No estado do Rio Grande do Sul, o Censo Agropecuário de 2006, menos de 10% das propriedades eram dirigidas por mulheres, sendo que, em 2017, este percentual alcança 13%.

As autoras debruçam-se sobre a divisão sexual do trabalho, utilizando como referenciais Hirata e Kergoat (2007) entre outros, para a compreensão das distinções de gênero no meio rural. A partir desse debate com a literatura, apontam que uma das diferenças marcantes entre os estabelecimentos é o grau de tecnificação da propriedade, atividade produtiva e tipo de trabalho.

Dois artigos selecionados dedicaram-se a estudos no Centro-Oeste.

No texto “Perfil dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado de Mato Grosso com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017”, Anderson Nunes de Carvalho Vieira e João Edmilson Fabrini buscam retratar a situação dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado de Mato Grosso por meio do Censo Agropecuário levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017. Os autores analisaram as variáveis: quantidade de estabelecimentos segundo por condição legal da propriedade, atividade econômica, uso da terra, classe de atividade, área total, estabelecimentos por municípios, prática de plantio, estabelecimentos associados e cooperados, tipos de sistemas para preparo do solo, métodos de irrigação, unidades armazenadoras e quantidade de máquinas e equipamentos. Também foi traçado o perfil dos responsáveis pelos estabelecimentos segundo gênero, escolarização, raça, idade e orientação técnica recebida.

Em relação aos estabelecimentos segundo sexo, as mulheres eram responsáveis por 17% dos estabelecimentos da agricultura familiar. Os demais dados foram apresentados para a agricultura familiar sem distinção de sexo. Os autores mencionam a importância do estudo num estado dominado pelas commodities, mas que a agricultura familiar representa mais de 70% dos estabelecimentos rurais.

O texto de Isadora de Paula Vieira Alencar e Divina Aparecida Leonel Lunas, com o título “Projeto energia das mulheres da terra: ações e perspectivas em Goiás”, que visa apresentar o Projeto Energia das Mulheres da Terra. Esse se trata de uma rede solidária que executa projetos de apoio à produção, segurança hídrica e acesso a energia. As autoras utilizam dados do Censo Agro 2017 para apresentar o contexto de desigualdade no acesso aos ativos econômicos, destacando que, 947 mil mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais,

de um universo de 5,07 milhões, representando 19% e, apenas 9,6% das mulheres obtêm informações técnicas e/ou assistência técnica. O estudo em si é desenvolvido por meio de pesquisa de campo, no qual são apresentados o perfil de 12 mulheres no Território Rural Estrada de Ferro, além do projeto na Escola Família Agrícola de Orizona. As autoras concluem que o Projeto Energia da Terra *é capaz de produzir economias reais nos processos de produção* (Alencas e Lunas, 2024, p. 8).

Dois trabalhos que estudaram a região norte foram selecionados. Neles observa-se a ênfase às identidades locais e a invisibilidade da produção das mulheres na região.

No texto “Peculiaridades da agricultura familiar no Estado do Amazonas: considerações com base no Censo Agropecuário de 2017”, os autores (as) Rúbia Silene Alegre Ferreira, Rute Holanda Lopes, Marklea da Cunha Ferst, Quézia Correa de Oliveira Sampaio, Sanara Macedo Sousa, Sabrina de Oliveira Marques, Sávio Agostinho Andrade de Oliveira, Rosimeiry Souza da Cruz analisam as peculiaridades da agricultura familiar no estado do Amazonas a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017. O estudo evidencia a relevância da agricultura familiar para a produção de alimentos e para a identidade social e econômica das comunidades rurais amazonenses, considerando as especificidades territoriais do estado, marcado por rios, várzeas e isolamento geográfico. O recorte de gênero mostra que, embora o campo seja majoritariamente masculino, há participação significativa das mulheres agricultoras, ainda que condicionada por barreiras estruturais, como a divisão sexual do trabalho e a dificuldade de inserção em espaços institucionais de representação.

Helder Epifane Rodrigues, Mayra Hermínia Simões Hamad Farias do Couto, Rosa de Nazaré Paes da Silva, Marcos Ferreira Brabo, Marcos Antônio Souza dos Santos em “Mulheres na agricultura familiar: uma análise no estado do Pará” investigam a participação das mulheres na agricultura familiar no estado do Pará, região Norte do Brasil. A pesquisa revela que 57.473 estabelecimentos agropecuários (20% do total estadual) são geridos por mulheres, majoritariamente com mais de 45 anos, baixo nível de escolaridade e em áreas menores do que as controladas por homens. A produção feminina concentra-se em lavouras temporárias, quintais agroflorestais, criação de pequenos animais e extrativismo, voltada sobretudo à segurança alimentar da família e à comercialização de excedentes.

A abordagem de gênero permeia o estudo ao evidenciar a invisibilidade social e econômica da mulher agricultora, marcada pelo reduzido acesso à terra, crédito rural, assistência técnica e políticas públicas, fatores que perpetuam desigualdades estruturais. O trabalho mostra ainda que, embora as agricultoras desempenhem papel central na produção

alimentícia local — com destaque para culturas de subsistência como a mandioca —, sua contribuição é subvalorizada e pouco registrada nas estatísticas oficiais.

Os artigos que se dedicam a alguma análise no Nordeste somam seis. Neles vemos uma pluralidade de escalas geográficas que perpassam deste do Estado, Município, ou agrupamento de municípios.

Em “Diagnóstico dos estabelecimentos agropecuários de Alagoas”, Marcelo Cavalcante, Altanys Silva Calheiros, Sócrates Mesquita Bomfim, José Anderson Soares Barros apresentam um diagnóstico dos estabelecimentos agropecuários do estado de Alagoas. A análise contempla aspectos estruturais da agricultura no território alagoano, incluindo o tamanho das propriedades, formas de produção, tipos de exploração e perfil dos produtores. O estudo dedica parte de sua discussão à questão de gênero, revelando a presença da mulher agricultora na gestão e no trabalho das unidades produtivas, ainda que em número reduzido diante da predominância masculina. Quanto à produção alimentícia, o estudo aponta a relevância da agricultura familiar e da diversidade produtiva como base para o abastecimento regional, ressaltando a importância da produção local para a segurança alimentar.

Marcelo Cavalcante, Altanys Silva Calheiros, Sócrates Mesquita Bomfim, José Anderson Soares Barros, no texto “Agroecologia, organização social e acesso a políticas públicas no assentamento Jundiá de Cima (Tamandaré – PE): relato de experiência exitosa de uma agricultura familiar” relatam a experiência da agricultora Elisabete Silva (Dona Bete), moradora do Assentamento Jundiá de Cima, em Tamandaré – PE, localizado na região da Mata Sul de Pernambuco, território marcado pelo monocultivo da cana-de-açúcar, conflitos agrários e impactos ambientais. A pesquisa aborda o tema gênero ao evidenciar os desafios enfrentados por uma mulher agricultora em um contexto rural tradicionalmente patriarcal, destacando sua superação do preconceito e sua liderança na associação local, em processos de comercialização e na promoção da transição agroecológica.

A produção alimentícia ocupa lugar central no estudo: Dona Bete desenvolveu um quintal agroecológico com mais de 30 culturas diversificadas, criação de pequenos animais e produtos beneficiados, fortalecendo a segurança alimentar e a renda familiar, além de fomentar iniciativas coletivas como a feira agroecológica de Tamandaré. A partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, contextualiza-se a agricultura familiar no Brasil e resalta-se desigualdades de gênero, indicando que apenas 18,7% dos estabelecimentos familiares estavam sob gestão feminina, revelando fragilidades no acesso das mulheres a políticas públicas e serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER).

Em “Agricultura familiar No Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017, Joacir Rufino de Aquino, Maria Odete Alves e Maria de Fátima Vidal analisam a agricultura familiar na Região Nordeste do Brasil, com foco em suas características socioeconômicas, produtivas e nos desafios para o desenvolvimento rural. O estudo mostra que a agricultura familiar corresponde a 79,2% dos estabelecimentos rurais nordestinos, ocupando 36,6% da área total e gerando trabalho para mais de 4,7 milhões de pessoas, além de responder por grande parte da produção alimentícia regional, com destaque para culturas básicas como arroz, feijão e mandioca, além de relevante participação na pecuária de caprinos, ovinos e na produção de leite.

As mulheres são caracterizadas por meio da análise do perfil dos dirigentes dos estabelecimentos, revelando a predominância masculina (75,7%) na direção das propriedades e a sub-representação das mulheres (24,3%), o que evidencia a persistência da invisibilidade do trabalho feminino e a estrutura patriarcal no meio rural. Apesar disso, o estudo não se aprofunda teoricamente nos estudos de gênero, limitando-se a uma abordagem descritiva dos dados censitários.

O uso do Censo Agropecuário de 2017 é central, permitindo caracterizar a distribuição fundiária, o acesso a ativos, a produção e a mão de obra. O texto reconhece desigualdades estruturais, como a concentração fundiária e a precariedade do acesso à assistência técnica e tecnologias, mas não aponta explicitamente lacunas do censo relacionadas à ausência de informações sobre gênero. Assim, o estudo contribui ao oferecer um retrato atualizado e estatístico da agricultura familiar nordestina, sem avançar em debates conceituais mais profundos sobre desigualdades de gênero.

Em “Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017”, Roberto Marinho Alves da Silva, Joacir Rufino de Aquino, Fernando Bastos Costa e Emanuel Márcio Nunes investigam a agricultura familiar no Semiárido brasileiro a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, com enfoque em suas dimensões produtivas, socioeconômicas e ambientais. A pesquisa evidencia que a região apresenta elevada concentração da agricultura familiar, desempenhando papel estratégico na produção de alimentos básicos como milho, feijão e mandioca, fundamentais para a segurança alimentar local, embora marcada por forte vulnerabilidade climática, baixa mecanização e restrito acesso a crédito e assistência técnica.

As mulheres que dirigem os estabelecimentos são citadas, enfatizando a predominância masculina na direção dos estabelecimentos, mas também destacando a presença delas em

atividades de autoconsumo, diversificação produtiva e manejo sustentável dos recursos naturais. Apesar disso, o estudo não se aprofunda no campo dos estudos de gênero, limitando-se a reconhecer desigualdades de acesso e participação feminina no meio rural.

No artigo “Agricultura familiar no Rio Grande do Norte segundo o censo agropecuário 2017: perfil e desafios para o desenvolvimento rural”, Joacir Rufino de Aquino, Roberto Marinho Alves da Silva, Emanuel Márcio Nunes, Fernando Bastos Costa e Willy Farias Albuquerque buscam compreender a agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, traçando um panorama atualizado de suas características, potencialidades e desafios para o desenvolvimento rural. O artigo mostra que a agricultura familiar é majoritária no estado, responsável por significativa parte da produção alimentícia local, especialmente de culturas como feijão, milho e mandioca, fundamentais para a segurança alimentar regional.

A questão de gênero é abordada de forma descritiva, evidenciando a predominância masculina na direção dos estabelecimentos e a sub-representação das mulheres agricultoras, ainda restritas ao espaço produtivo em menor escala e com menor acesso a políticas públicas e crédito. Apesar de reconhecer essas desigualdades estruturais, o estudo não se aprofunda teoricamente nos estudos de gênero, mantendo-se no âmbito estatístico e analítico dos dados.

5. Considerações finais

A partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 observa-se que o Brasil possui um total de 5.073.324 estabelecimentos rurais, dos quais 3.897.408 (ou 76,8%) são classificados como agricultura familiar (BRASIL, 2020), destes 19,7% são dirigidos por mulheres da agricultura familiar. Esses números evidenciam a expressiva participação da agricultura familiar na estrutura produtiva nacional, consolidando-a como base fundamental do setor agropecuário brasileiro.

Essa predominância numérica revela não apenas a capilaridade da agricultura familiar no território nacional, mas também sua importância social e econômica, e na produção de alimentos destinados ao mercado interno e na preservação de saberes e práticas tradicionais. Apesar da sua relevância, é importante destacar que os agricultores e as agricultoras familiares frequentemente enfrentam desafios estruturais, como acesso limitado a crédito, assistência técnica, infraestrutura e políticas públicas efetivas.

Logo, muitos dos artigos, ao utilizarem os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário reforçam a necessidade de valorização e fortalecimento da agricultura familiar,

com vistas à promoção de um desenvolvimento rural justo, solidário, sustentável e inclusivo. Políticas públicas direcionadas, investimentos em tecnologia apropriada e ampliação de canais de comercialização são medidas fundamentais para assegurar a continuidade e a melhoria da contribuição desses estabelecimentos para a segurança alimentar e para a economia do país.

Em relação à presença das mulheres no cotidiano produtivo e reprodutivo nos estabelecimentos rurais, a partir dos dados do Censo Agropecuário, há um esforço dos(as) pesquisadores(as) em identificar os estabelecimentos dirigidos por mulheres e fazer sua caracterização. Tais estudos, ao se apropriar dos dados estatísticos, buscam descrever a realidade dos territórios na escala da Unidade da Federação ou do Município indicando dados de escolaridade, sexo, raça, uso de tecnologias, acesso ao crédito e aos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) e perfil produtivo.

Há uma preocupação em investigar o pessoal ocupado na agropecuária e a redução identificada ao olhar os dados do CA 2006 e 2017, sendo esta uma agenda frequente nos estudos da sociologia rural.

Já as análises e debate sobre as distinções de gênero, a partir da categoria mulher e da divisão sexual do trabalho, encontram lacunas que o Censo Agro ainda não consegue suprir, para isto, as pesquisadoras e pesquisadores recorrem a estudos de campo e estudos de caso. Mas, para que possam compreender como as opressões de gênero se manifestam, as pesquisas vão reduzindo a escala geográfica de análise, dedicando-se a comunidades, territórios ou pequenos agrupamentos de municípios.

Esse aspecto, indica uma lacuna ainda passível de ser preenchida pelo Censo Agropecuário, uma vez que, além de identificar os estabelecimentos dirigidos por mulheres, por meio de tabelas sobre Direção do Estabelecimento segundo o sexo da pessoa que dirige, a forma de disponibilidade dos dados no SIDRA pode gerar outras tabelas com conexões entre sexo, raça e outras variáveis produtivas. Ademais, constata-se o mapeamento detalhado da produção nos quintais produtivos e o trabalho articulado entre cuidados e produção desempenhado pelas mulheres também é um campo de investigação a ser explorado e detalhado. Para tudo isso, há que se produzir variáveis agregadas ou tabulações especiais, indicando um longo caminho para os(as) pesquisadores(as) e são lacunas apontadas pelas pesquisadoras(es).

As desigualdades de gênero são analisadas a partir dos dados mensurados pela predominância masculina no pessoal ocupação e na direção dos estabelecimentos. O máximo possível de extração de dados para uma análise diferenciada, parte da variável “codireção”. Por

meio desta, é possível verificar diferenças entre os estabelecimentos dirigidos pelo casal, daqueles em que são dirigidos somente por homens ou somente por mulheres, embora os trabalhos não tenham explorado essa possibilidade.

Mesmo assim, observa-se a importância da definição do questionário do Censo Agropecuário como um instrumento de diagnóstico da produção agropecuária brasileira e seu uso na formulação de políticas públicas. Para potencializar a análise sobre o papel das mulheres nesse setor produtivo, há que ir agregando outras variáveis nesse tipo de pesquisa. A ausência de indicadores específicos para as desigualdades estruturais de gênero resulta na dificuldade de monitoramento em larga escala, das políticas públicas com recorte de gênero e raça, limitando a resolução efetiva dos problemas de desigualdades socioespaciais que ainda persistem no país.

Além disso, há uma demanda de pesquisas que aprofundem os debates sobre a produção agropecuária sob a perspectiva de gênero, principalmente com um olhar interseccional, discutindo o tamanho dos estabelecimentos, a produção, gênero, raça e geração. Essa opção teórica permite a elaboração de soluções mais complexas para os desafios enfrentados pelas mulheres no campo. Isso tem impacto, por exemplo, na análise do perfil das agroindústrias e seus desafios, na disponibilidade hídrica nos estabelecimentos, e no acesso a políticas públicas segundo o perfil dos estabelecimentos.

Referências

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009. 95 p. Disponível em: Acesso em: 2 dez. 2013.

HORA, Karla E. R.; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andreia. As mulheres no censo agropecuário 2017. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil/ ABRA. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf> acesso 26 de setembro de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual do Recenseador CI-1.09 A. Rio de Janeiro, 2017a. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual do Recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

NOBRE, Miriam. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In. BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla (orgs). As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do sul. Brasília: MDA, 2012, pp. 43-118.

FAO - ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. Programa Mundial del Censo Agropecuario 2020. Volumen 2 Directrices operativas. Colección FAO: Desarrollo estadístico 16. Roma: FAO, 2018.

Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/a8b82569-708a-4887-b171-3fb4566e2158/content>

FAO - ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA . World Programme for the Census of Agriculture, 2025, Disponível em: <https://www.fao.org/world-census-agriculture/en/>

MELO; Bernardo et al. Revisão sistemática de literatura (RSL) um guia da teoria à prática. Barreiros, PE: Ed. Dos Editores, 2023. Pdf.

ONU – Organizações das Nações Unidas. Integración de una perspectiva de género en las estadísticas. Nova York, ONU, 2015. Disponível em <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/Standards-and-Methods/files/Handbooks/gender/Integrating-a-Gender-Perspective-into-Statistics-S.pdf> Acesso em: 14 set. 2025.

Referências RSL

ALENCAR, I. de P. V.; LUNAS, D. A. L. Projeto energia das mulheres da terra: ações e perspectivas em Goiás. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 7, p. e4713, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n7-018.

AQUINO, Joacir Rufino de; DA SILVA, Roberto Marinho; NUNES, Emanuel Márcio; COSTA, Fernando Bastos; ALBUQUERQUE, Willy Farias. Agricultura familiar no rio grande do norte segundo o censo agropecuário 2017: perfil e desafios para o desenvolvimento rural. **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 51, n. Suplemento Especial, p. 113–131, 2020. DOI: 10.61673/ren.2020.1270.

AQUINO, Joacir Rufino de; ALVES, Maria Odete; VIDAL, Maria de Fátima. Agricultura familiar no nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, [S. l.], v. 51, n. Suplemento Especial, p. 31–54, 2020. DOI: 10.61673/ren.2020.1271.

BALSADI, Otávio Valentim; MOTA, Dalva Maria da. Diversidade de vínculos de trabalho de mulheres no censo agropecuário brasileiro de 2017. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 7, n. 20, p. e202113, 9 Ago 2021

CAVALCANTE, Marcelo; CALHEIROS, Altanys Silva; BOMFIM, Sócrates Mesquita; BARROS, José Anderson Soares. Diagnóstico dos estabelecimentos agropecuários de Alagoas. *Diversitas Journal*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1946–1965, 2021. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v6i2-1507.

CORREA, Leandro A.; SOARES JUNIOR, DIMAS.; PREVIDELLO, Giovana P. .; BAZOTTI, Angelita . Caracterização da agricultura familiar no Paraná: aspectos agrários, tecnológicos e sociais - 2006 e 2017. **Revista Grifos**, [S. l.], v. 31, n. 57, p. 01–19, 2022. DOI: 10.22295/grifos.v31i57.6743.

DINIZ, Rahphael Fernando; CLEMENTE, Evandro Cesar. A natureza classista, sexista, racista e regionalista do acesso ao serviço de orientação técnica no brasil: uma análise espaço-temporal dos dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. *Revista Terceira Margem Amazônia*. V.7 n.17 (2021), DOI: <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2021v7i17.p111-138>

FERREIRA, Rúbia Silene Alegre et. Al. Peculiaridades da agricultura familiar no Estado do

Amazonas: considerações com base no Censo Agropecuário de 2017. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 12, p. e35691211067, 2020. DOI: [10.33448/rsd-v9i12.11067](https://doi.org/10.33448/rsd-v9i12.11067).

GONÇALVES, Carolina da Silva; ALMEIDA, Ruth Helena Cristo. Mudanças na conjuntura do espaço rural: a mulher como participante da gestão da propriedade rural. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v.7, n.2, p. 17494-17500feb. 2021. DOI:10.34117/bjdv7n2-407

LEÃO, Benicio Abel da Silva Andrade; VIEIRA, Vanessa da Silva. A expressão cartográfica e estatística da vulnerabilidade socioeconômica no território de identidade semiárido nordeste ii: relações de gênero e pobreza. n. 27 (2023): XXVII Seminário de Iniciação Científica. DOI: <https://doi.org/10.13102/semic.vi27.10818>.

MELLO, Marcelo Rodrigues Figueira et al. Agroecologia, Organização Social e Acesso a Políticas Públicas No Assentamento Jundiá de Cima (Tamandaré – Pe): Relato De Experiência Exitosa de uma Agricultura Familiar. *Cadernos Macambira*, [S. l.], v. 8, n. especial3, p. 196–210, 2023. DOI: [10.59033/cm.v8iespecial3.1032](https://doi.org/10.59033/cm.v8iespecial3.1032).

OLIVEIRA, Marines Rute de; VILACA, Antonia; MUFATTO, Lidiane Maciel Mufatto. Agricultura familiar: reflexões sobre gênero. *Revista de Administração de Roraima – RARR*. V.9 N1 (2019) DOI: <https://doi.org/10.18227/2237-8057rarr.v9i1.5321>

RODRIGUES, Helder Epifane; COUTO, Mayra Hermínia Simões Hamad Farias do; SILVA, Rosa de Nazaré Paes da; BRABO, Marcos Ferreira; SANTOS, Marcos Antônio Souza dos. Mulheres na agricultura familiar: uma análise no estado do Pará. **Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 237–263, 2021. DOI: 10.5380/guaju.v7i2.80645.

SILVA, Leonardo Xavier da; BENITES, Maria Eduarda Ramazini. Autonomia feminina no campo: um perfil atualizado da região sul a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 12, n. ed.esp.Dossie, p. 141–164, 2022. DOI: [10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3920](https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3920).

SILVA, Roberto Marinho Alves da; AQUINO, Joacir Rufino de; COSTA, Fernando Bastos; NUNES, Emanuel Márcio. Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [S. l.], v. 55, 2020. DOI: 10.5380/dma.v55i0.73745.

SOUSA, Adriana Renata de; FIÚZA, Ana Louise Carvalho; FARIAS, Eliene de Sá. A participação da mulher nos estabelecimentos agropecuários: uma análise do caso de manhuaçu com base no censo agropecuário 2017. *Revista Pensar Acadêmico*. v. 22 n. 1 (2024). DOI: <https://doi.org/10.21576/pensaracadmico.2024v22i1.4150>

SPANNEVELLO, Rosani M.; CAMARA, Simone B. .; ALMEIDA, Denise M. de. .; BOSCARDIN, Mariele. . Caracterização socioproductiva de mulheres rurais no noroeste do RS. **Revista Grifos**, [S. l.], v. 31, n. 57, p. 01–20, 2022. DOI: 10.22295/grifos.v31i57.6695.

VIEIRA, Anderson. N. de C.; FABRINI, João. E. Perfil dos Estabelecimentos da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso com Base nos Dados do Censo Agropecuário de 2017. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 28, n. 1, p. 86–106, 2024. DOI: 10.48075/igepec.v28i1.31356.